

ПОТЭМКИН

v.1, n.1, 2019.

As posições do SINASEFE nos 10 anos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: reorganização e expansão sob a perspectiva dos/as trabalhadores/as

POR RODRIGO DA COSTA LIMA

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor de sociologia no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) - Campus Araranguá. E-mail: rodrigo.coslim@gmail.com

RESUMO

O artigo se propõe a analisar as principais posições do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), que representa os docentes e técnico-administrativos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sobre o processo de instituição da Rede Federal e de criação dos Institutos Federais, decorrentes da Lei 11892/2008, promulgada durante o segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A partir de uma breve análise das políticas de educação profissional e tecnológica que serviram como base para a reorganização e expansão da Rede Federal, procura-se situar essa experiência histórica e educacional no contexto de um projeto de conciliação de classes que marcou os governos petistas. Analisando as repercussões das posições tomadas nos Congressos Nacionais do SINASEFE, entre os anos de 2008 e 2018, a partir do boletim informativo, órgão oficial de comunicação da entidade, é possível compreender três momentos do sindicato perante a Rede. Sendo o primeiro entre os anos de 2008 a 2010, no qual a preocupação girava em torno dos impactos da nova institucionalidade; o segundo entre os anos de 2011 e maio de 2016, período no qual a denúncia da precarização do processo de expansão e das más condições de trabalho ganham centralidade, e o terceiro, entre maio de 2016 e 2018, quando a defesa da Rede Federal passa a orientar as lutas e mobilizações do sindicato, já no contexto pós-Golpe.

Introdução

O ano de 2008 representou um marco importante na educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A Lei 11.892 publicada no dia 29 de dezembro de 2008 teve sua origem no projeto de lei elaborado pelo Poder Executivo, durante o segundo mandato do Presidente Luiz Inácio

Lula da Silva (2007 – 2010).

Uma nova institucionalidade reconfigurou a centenária Rede de educação profissional e tecnológica ofertada pelo Governo Federal, que foi estabelecida originalmente em 1909, durante o governo do Presidente Nilo Peçanha, responsável pela criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices. Durante o longo período de existência, a Rede passou por diferentes cenários e propostas institucionais e educacionais, respondendo às configurações

Palavras-chave:

Educação profissional; Movimento sindical; Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

produtivas e do mundo do trabalho desenvolvidas no país.

Os 38 Institutos Federais criados em 2008 substituíram 31 Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets), 75 Unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas federais, as 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas às Universidades (BOMFIM, 2018). Tal mudança acarretou não só a alteração da nomenclatura, mas também na forma de organização e institucionalização da Rede. Segundo Eliezer Pacheco¹:

Os Institutos Federais surgem como autarquias de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade e no modelo pedagógico elementos singulares para sua definição identitária. Pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, é, porém, ao eleger como princípio de sua prática educacional a prevalência do bem social sobre os demais interesses, que essas instituições consolidam seu papel junto à sociedade. E na construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, identificam-se como verdadeiras incubadoras de políticas sociais. (PACHECO, 2010, p.4).

A expansão e a capilarização da Rede consistem em uma característica marcante desse processo. Ao completar 10 anos de existência, no ano de 2018, os Institutos Federais contavam com uma estrutura de 644 *campi*, presentes em 514 municípios brasileiros, distribuídos em todas as regiões do país. Ela passou a oferecer 10.643 cursos e contar com 947.792 estudantes matriculados, além de uma força de trabalho de cerca de 80 mil servidores, entre docentes e técnico administrativos em educação (EVANGELISTA, 2018).

A educação profissional e tecnológica no contexto do lulismo

O processo de criação e expansão dos Institutos Federais ocorreu durante o ciclo de governos petistas, que durou treze anos (2003 – 2016), entre a ascensão após a vitória eleitoral de Lula nas eleições de 2002 e o Golpe que depôs Dilma Rousseff durante o seu segundo mandato. Até o ano de 2002, havia apenas 140 unidades da Rede Federal de educação profissional. O número de campus mais que quadruplicou durante os governos petistas. Foi durante o ciclo que podemos caracterizar como “lulismo”, termo criado e difundido pelo cientista político André Singer, que se desenvolveu a concepção de educação profissional e tecnológica que caracteriza a formação dos Institutos Federais e da Rede Federal.

O reformismo fraco (SINGER; LOUREIRO, 2016) ou o reformismo quase sem reformas (ARCARY, 2015) que marcou o ciclo petista na Presidência da República estabeleceu o pano de fundo para as políticas públicas adotadas na educação brasileira no período. Um ensaio desenvolvimentista tardio, como sugere Singer (2016), teve como característica um maior protagonismo do Estado brasileiro, produziu um pacto entre as classes sociais, que pode ser compreendido da seguinte forma:

Beneficiado pelo *boom* das *commodities*, o reformismo fraco dos governos petistas, apesar de não romper de maneira radical com o padrão estabelecido desde a Nova República, retomou a partir de 2003, de maneira diluída, aspirações derrotadas em 1964. Conseguiu reduzir desigualdades, sobretudo por meio da política de

1. Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação no período entre 2005 e 2012.

aumento do salário mínimo e de expansão do emprego, mas também mediante programas específicos, dos quais se poderia destacar o Bolsa Família, o apoio à pequena agricultura, o subsídio à moradia popular e a facilitação do acesso à universidade às camadas de baixa renda, entre outros. Ao mesmo tempo, na medida em que buscou avançar sem fazer transformações estruturais - seja no plano dos direitos, seja no da economia ou da ideologia -, a segunda experiência desenvolvimentista caracterizou-se pela extrema ambiguidade (SINGER; LOUREIRO, 2016, p.12).

Em tal contexto, foram criados os Institutos Federais, refletindo no campo da educação profissional e tecnológica as contradições presentes no projeto lulista. Tal fato pode ser compreendido a partir da expansão de *campi* e unidades convivendo com a precarização; de novas perspectivas de estudo para os trabalhadores/as (e filhos/as de trabalhadores/as), em um contexto de desindustrialização e precarização do mundo do trabalho; inclusão de setores da classe trabalhadora, a partir da ampliação de oferta de vagas para educação profissional, concomitante a insuficiência de recursos para assistência estudantil, acarretando em problemas na permanência e êxito; currículo integrado e cooperativismo convivendo com a presença de empreendedorismo na formação dos estudantes; ampliação das vagas na educação profissional e tecnológica pública, porém insuficientes para suplantar a hegemonia do Sistema “S”; incorporação de servidores via concurso público acompanhada do aumento do número de trabalhadores/as terceirizados/as nas unidades de ensino.

As reformas na educação profissional técnica de nível médio, implementadas no decorrer dos governos Lula e Dilma, tiveram suas

concepções detectadas por autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) que, ao analisarem as políticas para o setor, ainda no primeiro Governo Lula (2003-2006), compreendia as contradições do projeto de educação profissional e tecnológica que partia do incremento de propostas como a inclusão social, o desenvolvimento social e local, da formação integrada e da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, apontando para a consolidação de uma política educacional profissional desenvolvida em outro patamar.

Contudo, tais inovações conviveram e submeteram-se à permanência, nas políticas de educação profissional, de uma concepção de educação predominantemente voltada para produção de recursos humanos, o que se relaciona à própria condução da política econômica do país, fortemente pautada pelo processo de modernização capitalista.

Na análise de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) as mudanças ocorridas na política de educação profissional e tecnológica nos primeiros movimentos dos governos petistas sinalizavam para um processo conturbado.

Por um lado, ela superava a visão neoliberal e neoconservadora de formação profissional vigente durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), durante o ciclo do PSDB no Governo Federal, que se baseava nas desigualdades de trajetórias educacionais, reforçando a dualidade estrutural. Por outro lado, mantinha alguns princípios e práticas da política anterior, como a visão de ensino médio profissional e técnico enquanto medida compensatória e compreendendo a profissionalização como processo específico

e independente da educação geral (RAMOS; CIAVATTA, 2011).

Nos governos petistas houve uma maior presença do Estado na oferta de educação profissional e tecnológica, refletida na criação e expansão dos IFs combinada com o investimento e transferência de recursos públicos para instituições privadas:

No âmbito da educação profissional, técnica e tecnológica, centro de grandes disputas na Constituinte, na LDB e no PNE em prol de uma concepção não adestradora e tecnicista e de sua vinculação jurídica e financiamento públicos, esta foi-se constituindo na grande prioridade da década, sem alterar, todavia, seu caráter predominantemente privado. Certamente, a opção pela parceria do público com o privado não favorece a reversão da dualidade educacional. Pelo contrário, como demonstra Cunha (2005), a tendência, desde a década de 1980, era de ampliá-la para o ensino superior. A transformação da Rede de Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS) e, nesta década, em universidades tecnológicas ou Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS), confirma tal tendência. Do mesmo modo, não ajuda a reverter o caráter predominantemente privado e a apropriação privada de recursos públicos na área (FRIGOTTO, 2011, p.46).

Partindo do contexto contraditório de implementação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e de criação dos Institutos Federais, cabe analisar as posições dos/as trabalhadores/as em educação que são os/as principais responsáveis pela concretização das políticas públicas na área e que têm no SINASEFE o principal espaço de articulação e organização na disputa por concepções e criação de proposições sobre educação profissional e tecnológica.

O SINASEFE diante da criação e da expansão da Rede Federal e dos Institutos Federais

O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) foi criado no ano de 1988, no processo de redemocratização do país, mesmo ano da promulgação da “Constituição Cidadã”, que garantia o direito de sindicalização dos servidores públicos.

O sindicato nasceu das bases da antiga Federação Nacional das Associações de Servidores das Escolas Federais de 1º e 2º graus (Fenasefe), que representava os trabalhadores/as em educação que atuavam no contexto da educação tecnológica.

No ano de 1998, o SINASEFE vivenciou uma importante transformação ao aceitar a sindicalização de todos/as os trabalhadores/as da Rede Federal de Educação das instituições de 1º e 2º graus, passando a ser a entidade de referência de luta e organização sindical na Rede. Característica esta que traz uma peculiaridade ao sindicato em relação aos demais sindicatos dos servidores públicos federais ligados ao setor da educação, pois ele aglutina docentes e técnicos-administrativos educacionais em uma mesma entidade representativa.

O SINASEFE tem como referência a defesa dos direitos da categoria e a “(...) luta em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, laica, com referência social e em consonância com os interesses da classe trabalhadora.” (SINASEFE, 2019)².

Portanto, o sindicato é um ator importante

2. SINASEFE. História. Disponível em: <http://sinasefe.org.br/site/sinasefe/historia/>. Acesso em 20 mai. 2019.

nas elaborações sobre educação profissional e tecnológica no contexto nacional. Analisar suas posições sobre o processo de expansão da Rede Federal e da criação dos Institutos Federais é um elemento fundamental para compreender os sentidos e os desdobramentos desse processo na perspectiva dos/as trabalhadores/as em educação.

Entre o ano de 2008, quando da publicação da Lei 11.892, até 2018, ano de aniversário de 10 anos da Rede, o SINASEFE realizou onze congressos nacionais (22º ao 32º congresso). Na instância máxima de deliberação e debates do sindicato, foram construídas as principais posições sobre a expansão da Rede Federal e a criação dos Institutos Federais.

A partir de uma análise dos Boletins Informativos do SINASEFE, órgão oficial de comunicação do sindicato para com suas bases e comunidade acadêmica, podemos verificar algumas das posições tomadas pela entidade no período analisado.

Durante os 10 anos de existência da nova Rede Federal é possível verificar pelo menos três momentos do sindicato. O primeiro consistiu na preocupação com a nova organização institucional e principalmente com a garantia de democratização dos espaços de gestão e decisão no interior da Rede, assim como dos impactos que a expansão poderia acarretar na organização do próprio sindicato. Este período durou entre os anos de 2008 e 2010. O segundo momento baseou-se na denúncia da precarização e das más condições de trabalho e salariais decorrentes do processo de expansão da Rede. Tal período durou entre os anos de 2011 e maio de 2016. O terceiro momento ocorreu entre maio de 2016 e 2018, repre-

sentando uma guinada em relação à posição anterior, ganhando centralidade a defesa da Rede Federal, com o SINASEFE posicionando-se contra projetos de reordenamento e desmanche dos Institutos Federais.

Entre os anos de 2008 e 2010, o Sinasefe realizou três Congressos Nacionais (CONSINASEFE), sendo o 22º em 2008, o 23º e o 24º, ambos realizados em 2009, tendo o último como tema: “Que educação queremos para a rede federal de ensino?”.

Os Congressos ocorreram no período final do segundo mandato do Presidente Lula (PT), que contava com uma alta popularidade, mesmo em um cenário de grave crise financeira internacional, originada no ano de 2008, mas que convivia com um cenário interno de aumento do salário mínimo, das linhas de crédito que facilitaram o consumo de massa e de diversas políticas distributivas, dentre elas o aumento da oferta de educação pública, na qual estava incluída a criação e expansão dos Institutos Federais.

No debate sobre a nova institucionalidade, o que se apresentava como maior preocupação para o sindicato eram os impactos na forma de organização e na defesa da democratização da gestão e dos espaços de decisão que estavam sendo sinalizados, como podemos verificar na participação do SINASEFE nas discussões sobre a elaboração do projeto de lei que viria a culminar na Lei 11892/2008:

Também discutiremos o PL 3.775, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e que foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 5 de novembro. Algumas mudanças propostas pelo SINASEFE e apresentadas aos par-

lamentares foram incluídas no texto aprovado, como a representação paritária nos Conselhos Superiores e o impedimento de que os atuais diretores-gerais possam acumular mais de 8 anos em cargos de direção. Apesar disso, precisamos fortalecer nossa luta pela democratização nas IFEs, já que o modelo proposto não atende aos princípios da nossa categoria (SINASEFE, 2008, p.1).

O projeto de educação que o sindicato deveria ter para a Rede ocorreu apenas no ano de 2009, quando a nova institucionalidade já estava vigente e a margem de influência sobre o projeto de instituição da Rede federal e de criação dos Institutos já era bem menor.

O segundo momento do SINASEFE perante a Rede Federal ocorreu durante os dois mandatos da Presidente Dilma Rousseff (2011 a 2014 e 2015 a 2016). Foi o período no qual a expansão sob a nova institucionalidade definida em 2008 já se fazia sentir em todo o país. O crescimento rápido da Rede, com a realização de concursos públicos para os cargos de docentes e técnico-administrativos, mudou a configuração dos/as trabalhadores/as em educação e ampliou a base de atuação do sindicato.

Durante este período foram realizados seis Congressos, sendo o 25º em 2011, o 26º e o 27º em 2012, o 28º em 2014, o 29º em 2015 e o 30º em 2016. Chama a atenção que o 26º e o 28º Congressos tiveram como tema a preocupação com a Rede federal, denominados respectivamente de “Os desafios do SINASEFE diante da expansão da Rede” e “Ampliando a unidade na luta contra a precarização”. O momento já refletia uma preocupação com a precarização da Rede e com as condições de trabalho. No período ocorreram quatro greves nacionais organizadas pelo SINASEFE,

nos anos de 2011, 2012, 2014 e 2015, refletindo que o processo de consolidação e expansão da Rede Federal ocorreu sob forte resistência e mobilização sindical. Como podemos verificar:

Uma das necessidades que identificamos ainda melhor a partir do movimento grevista de 2011 foi a de fazer, efetivamente, nossa crítica sobre o processo de expansão da rede, em suas várias etapas. Essa análise precisa ser feita não apenas pela entidade sindical, mas precisa ser feita por todos(as) nós, exercitando diariamente nosso olhar crítico em nossos locais de trabalho. Foi exatamente nesse sentido que construímos, conjuntamente, um tema para nosso CONSINASEFE que busca incentivar não apenas a análise de todos(as), mas as nossas sugestões práticas de como agir diante da expansão da rede e das consequências que ela nos apresenta (SINASEFE, 2011, p1).

O SINASEFE denunciou que o processo de expansão da Rede Federal ocorreu a partir de uma lógica de precarização, apontando para o funcionamento de diversos *campi* em um contexto de falta de infraestrutura, com prédios improvisados, falta de laboratórios e a defasagem de docentes e técnico-administrativos. Como expressou o acúmulo dos debates do 28º Congresso Nacional:

Num momento de expansão desenfreada e desplanejada da Rede, que precariza nossos ambientes de trabalho; de novos ataques aos nossos direitos de previdência e de greve; de arrocho e acúmulo de perdas salariais provocadas pelo governo federal; e das invasões de base por outras entidades; construir um Congresso tão representativo foi fundamental para mostrar que nunca estivemos tão fortes e tão mobilizados para a luta (SINASEFE, 2014, p).

Por fim, no período entre maio de 2016 e o final de 2018, podemos perceber uma mu-

dança na análise e posicionamento do SINASEFE perante a Rede Federal. O desfecho do Golpe jurídico-midiático-parlamentar culminou no afastamento da Presidente Dilma Rousseff em 12 de maio de 2016, e na perda definitiva do cargo em 31 de agosto do mesmo ano, acarretando na ascensão de Michel Temer (MDB) ao cargo de Presidente da República e a implementação de um projeto ultraliberal baseado no documento “Ponte para o Futuro”, elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães, ligada ao MDB, e que tinha como intenção o aprofundamento do projeto neoliberal no país.

Nesse panorama de mudança abrupta do cenário político nacional, com a intensificação de uma agenda de privatizações e retirada de direitos, o SINASEFE reorientou sua linha política, dando um maior enfoque para a defesa de Rede Federal. O lema “Nenhum direito a menos” começou a ganhar força nas mobilizações sindicais. Já na greve que foi deflagrada no final de 2016, concomitante ao processo de ocupações das escolas pelo movimento estudantil, o SINASEFE se colocava em uma posição mais defensiva, lutando contra a reforma do ensino médio, então expressa na Medida Provisória 746, a reforma trabalhista, a reforma da previdência, os projetos de Lei “Escola sem partido”, e a então PEC 241, do teto dos gastos, que passaram a ganhar mais centralidade nas discussões em torno da Rede Federal.

Refletindo esse momento histórico, o 31º CONSINASEFE teve como tema: “Nenhum direito a menos: por uma educação libertadora e emancipadora”. No ano de 2018, consolidou-se essa posição após a realização do 32º CONSINASEFE, em que a defesa da Rede

já apareceu com centralidade tendo em vista o avanço de uma proposta do Governo Temer de reordenamento da Rede, conforme o relato da Reunião entre membros da Setec/MEC e representantes da Direção Nacional do SINASEFE:

Reordenamento da Rede: a Setec/MEC lamentou a proporção que o assunto tomou, sobretudo após o vazamento de um documento oficial (porém desatualizado - o que vazou foi a 2ª versão e o documento já estaria na 20ª) sobre uma simulação quanto ao reordenamento dos Institutos Federais. Afirmou que o reordenamento existiu enquanto simulação e estudo, mas garantiu que, por posição do ministro, o mesmo não será aplicado e “encontra-se em stand-by”, sobretudo por demandar impacto orçamentário. Caso haja qualquer mudança de posição e o reordenamento volte a figurar como ordem-do-dia no MEC, o SINASEFE será chamado às discussões que o mesmo demandar. A DN celebrou o “recuo” do governo quanto ao tema, mas indica a manutenção da mobilização sobre o mesmo, já que sua inaplicabilidade se dá sob o viés da “escassez orçamentária” (fruto da EC 95/2016) e não do convencimento do MEC de que o mesmo não deva ser implementado (SINASEFE, 2018, p.3).

No dia 8 de junho de 2018, como desdobramento dessa nova orientação política sindical, foi criada pelo SINASEFE a “Campanha em Defesa da Rede Federal: Educação não é mercadoria, é Direito!”, que se posicionava contra a agenda reacionária do então governo golpista de Michel Temer. As denúncias contra a precarização da Rede seguiram presentes nas elaborações sindicais, mas passavam para uma posição de segundo plano, tendo em vista as ameaças que o aprofundamento do projeto neoliberal trazia para educação profissional e tecnológica ofertada pela rede pública federal. Tal posicionamen-

to fica claro no texto a seguir:

Antes de mais nada, é preciso localizar como esse desmonte se expressa, caracterizando que ele é um processo que ataca em várias frentes: criando dificuldades para inviabilizar o funcionamento da Rede, desmoralizando-a publicamente e aprofundando movimentos de repressão aos servidores que se movimentam de maneira organizada, ou não, para defender sua atuação pautada na qualidade e compromisso social. Claro que esta Rede que temos hoje não é (ainda!) a política pública de formação básica, profissional e tecnológica dos nossos sonhos, mas certamente ela é a melhor Rede de atendimento gratuito e crítico que temos no momento. Desmontá-la não resolve nenhum dos problemas da população trabalhadora que necessita deste serviço, além de criar outros transtornos. Por isso passamos a listar e analisar os diversos ataques que a Rede vem sofrendo, situando-a no projeto geral de desmonte estatal em curso. O objetivo é subsidiar os trabalhadores na Campanha que estamos desenvolvendo em Defesa da Educação Pública, Estatal, Gratuita, Crítica e de Qualidade, denunciando os interesses das empresas que pretendem vender educação sem qualidade em larga escala e com altas taxas de lucratividade, transformando um direito social da população numa atividade econômica privada – e fartamente financiada com recursos públicos! (SINASEFE, 2018, s/p)³.

No apagar das luzes do Governo Temer, após o aniversário de 10 anos da Rede Federal, em uma de suas últimas medidas como Presidente da República foi publicado o Despacho nº 799, sendo encaminhado para o Congresso Nacional, cujo objetivo era a criação de novos Institutos Federais levando adiante o projeto de reordenamento da Rede Federal. Temer também deixou pronto o Projeto de Lei 11729/2019, apresentado já nos primeiros dias do Governo de Jair Bolsonaro (PSL) que visava alterar a Lei 11892/2008.

O projeto foi retirado de sua tramitação pelo Poder Executivo no dia 16 de março de 2019, provavelmente para ser alterado sob as orientações da política educacional bolsonarista. Mas essa movimentação e as ações do SINASEFE em uma conjuntura totalmente adversa para a educação pública brasileira são temas para um novo artigo.

Conclusões

Os dez anos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia representaram uma mudança profunda na educação profissional e tecnológica no cenário nacional. O novo modelo criado e expandido durante os governos petistas respondeu a demanda por oferta de matrículas para a formação de trabalhadores/as para diversos segmentos da produção, atendendo a demanda de diferentes eixos tecnológicos da produção capitalista no país.

A capilarização, interiorização e crescimento da Rede Federal fizeram parte do projeto político lulista, que tinha na tentativa da conciliação de interesses entre as classes sociais um de seus principais pilares. No cenário de crescimento econômico e do ensaio neodesenvolvimentista (SINGER, 2016), a reconfiguração do projeto de educação profissional e tecnológica, expresso na Rede Federal vicejou, mas não sem conviver com a precarização e com a permanência da hegemonia das instituições privadas na oferta de EPT.

O SINASEFE, como um importante ator político no cenário educacional brasileiro, buscou construir elaborações e posicionamentos diante do fenômeno de reorganização da Rede Federal. O Sindicato, que passou

3. Disponível em: <http://defesadarede.org.br/o-que-e/>

por mudanças significativas no perfil da sua base, fruto do processo de expansão e da contratação de milhares de novos/as servidores/as docentes e técnico-administrativos educacionais, apresentou mudanças importantes em suas orientações sobre a Rede Federal.

Partindo de uma lógica ofensiva, de lutas intensas por direitos e melhorias nas condições

de trabalho, com a denúncia da precarização da Rede Federal e a defesa de uma educação emancipadora, o sindicato passou para uma lógica defensiva, a partir da mudança da conjuntura após o Golpe de 2016, no qual a intensificação da agenda neoliberal colocou em risco a existência da Rede, tal como a conhecemos. ↗

REFERÊNCIAS

ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do Governo Lula em defesa da Revolução Brasileira**. São Paulo, Ed. Sundermann, 2015.

BOLETIM DO SINASEFE. Brasília, Ano XI, nº 423, 14 nov 2008; Ano XIV, nº 492, 16 dez 2011; Ano XVII, nº 551, 08 abr 2014; Ano XXI, nº 573, 30 maio 2018.

BOMFIM, Barbára. **Conif parabeniza institutos federais pelos 10 anos**. CONIF, 2018. Disponível em: <http://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/2441-conif-parabeniza-institutos-federais-pelos-10-anos-2?Itemid=609>. Acesso em 20 mai. 2019.

BRASIL. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2018**, Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, dez. 2018.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v.5, n. 8, p. 27 - 41, jan/jun. 2011.

EVANGELISTA, Ana Paula. Uma década de reconfiguração da Rede Federal: O que é preciso? Minimizar, expandir, reduzir ou fundir? **Revista Poli**. Rio de Janeiro, n. 61, p. 26-30, Ano XI, nov./dez. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.16, n.46, p.235 – 254, jan./abr. 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). A gênese do Decreto 5154/2004: um debate no contexto da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio et al. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

SINASEFE. **Por que devemos defender a Rede Federal de Ensino?** 2018. Disponível em: <http://defesadarede.org.br/o-que-e/>. Acesso em: 15 mai. 2019.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

OFERTA

.andrea.

ENGENHARIA

(x\$\$\$)

DIREITO

(x\$\$\$)

ODONTO

(x\$\$\$)

MEDICINA

(x\$\$\$)

DESIGN

(x\$\$)

CONTABILIDADE

(x\$\$)

ADM.

(x\$\$)

INFORMATICA

(x\$\$)

Filosofia

(x\$)

Biologia

(x\$)

LETRAS

(x\$)

Química

(x\$)